



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05015 — SÃO PAULO — SP
Fone: (011) 864-0977 — Telex. (11) 82.153 MSTB — BR

DECLARAÇÃO DE PIRACICABA

O 6º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, realizado na cidade de Piracicaba-SP, de 19 a 23 de fevereiro de 1991, reunindo 150 delegados dos 19 estados onde o Movimento está organizado, torna público, à sociedade brasileira:

1. O Governo Collor

Passado um ano do Governo Collor, comprova-se que em relação à reforma agrária, não foi feito absolutamente nada! Nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de reforma agrária e nenhum assentamento foi efetivado.

Com um ministro da Agricultura subserviente aos interesses dos latifundiários, não resta dúvida de que nesse governo não ocorrerá nenhuma modificação fundiária em benefício dos trabalhadores.

Utilizando-se dos meios de comunicação, Collor propagandeará que a saída para a questão agrária são os grandes arrendamentos. Os altos investimentos que exigem essas áreas e a falta de uma política agrícola adequada, inviabilizam completamente o projeto. Acrescenta-se que esse projeto não beneficia em nada os trabalhadores sem terra e os assalariados rurais. Visa únicamente atender aos interesses dos grandes fazendeiros.

Essa política acelerará ainda mais a concentração de terras e o assalariamento rural.

Numa realidade agrária onde há mais de 4,5 milhões de famílias sem terra, é inadmissível que existam 81 milhões de hectares nas mãos dos fazendeiros e completamente ociosos. O próprio governo, utilizando dados do IBGE (1985) e do INCRA/MIRAD (1988), reconhece que 89% dessas propriedades estão classificadas como latifúndios, logo, passíveis de desapropriação para fins de reforma.

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05015 — SÃO PAULO — SP
 Fone: (011) 864-8977 — Telex: (11) 82.153 MSTB — BR

2.

agrária. Da mesma forma, não podemos aceitar que os 46 maiores grupos econômicos do Brasil detenham mais de 22 milhões de hectares como latifúndios improdutivos.

Essa enorme concentração de terras é um dos motivos pelos quais a produção agrícola, somente no primeiro ano do Governo Collor, tenha decrescido em 4%.

É contra essa estrutura fundiária e esse Governo submisso aos interesses dos latifundiários, que o Movimento continuará ocupando latifúndios, buscando democratizar a terra e conquistar a justiça social no campo.

2. A violência no campo

Somente no ano passado, 64 trabalhadores rurais foram assassinados. Embora tenha havido uma diminuição nos últimos anos, no número de assassinatos, isso não significa que há uma diminuição da violência rural. Também não significa que a Justiça deixou de ser inoperante e que acabou a impunidade dos assassinos de trabalhadores. Essas causas, somadas à estrutura fundiária, são as principais pela violência.

Hoje, a violência exercida pelos latifundiários contra os trabalhadores, assumiu novas características. Cada vez mais utiliza-se, de forma arbitrária e violenta, a Polícia Militar para atingir seus objetivos. Em vários estados, começa a aparecer grupos para-militares, com armas e técnicas próprias das forças policiais, para "limpar" as áreas para os fazendeiros.

Os casos de prisões arbitrárias, torturas, intimidações e ameaças de morte a nossas lideranças, tornam-se cada vez mais frequentes. Em 1990, cerca de 120 companheiros nossos foram presos. Hoje, permanecem presos 5 trabalhadores rurais (4 no Rio Grande do Sul e 1 no Paraná), transformados em presos políticos, em verdadeiros reféns do Poder Judiciário e Policial, contra a organização dos trabalhadores pela reforma agrária.

3. O Sistema Cooperativista dos Assentados

A atual política agrícola, ditada pelo FMI, acabou com os subsídios aos produtos agrícolas, diminuiu enormemente os crêdi-

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05015 — SÃO PAULO — SP
 Fone: (011) 864-8977 — Telex: (11) 82.153 MSTB — BR.

3

tos financeiros e priorizou somente os produtos de exportação. Diante desse quadro, os trabalhadores buscaram uma alternativa para essa política governamental.

Por isso, o 6º Encontro Nacional do MST definiu a criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, para organizar as 95 mil famílias assentadas. Esse sistema engloba a Confederação Nacional dos Cooperativas, as Cooperativas Centrais Estaduais e as Cooperativas de Produção Agropecuária, a nível de assentamentos.

Assim, estamos dando um importante passo para superar a produção de subsistência, alcançar a produção de mercado e a agro-indústria. Da mesma forma, abrem-se as possibilidades dos trabalhadores terem acesso a créditos agrícolas, assistência técnica, condições de planejar a produção e a comercialização e administrar as áreas conquistadas.

4. Jornadas de luta

Diante da política entreguista do Governo Collor, que está sucateando o parque industrial nacional e privatizando as empresas estatais, megulhando o país na recessão, e diante de sua firme decisão política de não fazer a reforma agrária, os trabalhadores rurais, realizarão massivas jornadas de luta.

Através de ocupações de latifúndios, fechamentos de estradas e bancos, ocupações de órgãos públicos, acampamentos e manifestações públicas, iremos exigir o assentamento das 13 mil famílias que se encontram acampadas, créditos para os assentamentos, imissão imediata de posse das áreas já desapropriadas e punição aos mandantes e executores dos assassinatos de trabalhadores rurais.

Essas jornadas, promovidas pela CUT, CONTAG, MST, FETAGs, Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens, Movimento de Sobrevivência da Transamazônica e demais organizações com trabalho no meio rural, iniciarão na segunda quinzena de março e se prolongarão até o atendimento de nossas reivindicações.

5. Chamamento à Sociedade

A questão da reforma agrária passou a ser uma questão de sobrevivência de milhares de famílias de trabalhadores rurais. É o único instrumento capaz de fixar o homem no campo, acabar com o



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05015 — SÃO PAULO — SP
Fone: (011) 864-3977 — Telex: (11) 82.153 MSTB — BR

4

analfabetismo, com a violência e promover uma verdadeira distribuição de renda.

Porém, seus benefícios não se restringem ao homem que vive no campo. Hoje, não se pode pensar em combater a recessão, a inflação e a crescente favelização que ocorre nas periferias urbanas; em acabar com doenças que, em outros países já foram erradicadas há muito tempo; em acabar com a fome e o desemprego, sem pensar numa efetiva reforma agrária.

Assim sendo, os trabalhadores rurais sem terra estão clamando a todas as organizações populares, estudantis, sindicais e partidárias para, juntos, empunharmos a bandeira da reforma agrária, acabarmos com a concentração de terras e a derrotarmos esse governo entreguista e submisso aos interesses imperialistas.

Somente assim conquistaremos uma sociedade socialmente justa.

OUPAR, RESISTIR E PRODUZIR !

Piracicaba, 23 de fevereiro de 1991